

O dilema do *Neoextrativismo* na Bolívia: tensões entre o *Buen vivir* e o modelo primário-exportador

The dilemma of neo-extractivism in Bolivia: tensions between Buen vivir and the primary-export model

Débora Alves de Lima Capri ¹

Vinícius Ferreira Baptista ²

¹ Masters in Political Science, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brazil
E-mail: deboracapri1@gmail.com

² PhD in Public Policy and Social Sciences, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brazil
E-mail: viniciusferbap@ufrj.br

doi:10.18472/SustDeb.v15n3.2024.55651

Received: 29/09/2024
Accepted: 06/12/2024

ARTICLE-VARIA

RESUMO

O artigo analisa as relações entre o *suma qamaña* (*Buen vivir*) e a política neoextrativista na Bolívia, que contribuiu com a eleição e reeleição de Evo Morales. Identifica semelhanças com o extrativismo clássico e limitações em diversificar a indústria e superar o modelo primário-exportador. A partir de uma revisão integrativa baseada em dados do governo boliviano, da estatal YPFB e literatura interdisciplinar, investiga os impactos sociais e territoriais do *Neoextrativismo* em um país que garantiu constitucionalmente a defesa da Pachamama (Mãe-Terra). A nacionalização se tornou uma das principais políticas públicas de Evo Morales, elevando indicadores sociais e econômicos, ao mesmo tempo que aprofundou a subordinação ao mercado internacional e os impactos socioambientais, promovendo intensos conflitos étnicos e territoriais.

Palavras-chave: Dependência primário-exportadora. Evo Morales. *Neoextrativismo*. Recursos naturais. *Suma qamaña/Buen vivir*.

ABSTRACT

The article examines the relationship between *suma qamaña* (*Buen vivir*) and neo-extractivist policies in Bolivia, which supported the election and re-election of Evo Morales. It identifies similarities with classical extractivism and highlights limitations in diversifying the industry and overcoming the primary-export model. Through an integrative review based on data from the Bolivian government, the state-owned company YPFB, and interdisciplinary literature, it investigates the social and territorial impacts of neo-extractivism in a country that has constitutionally enshrined the defense of Pachamama (Mother Earth). Nationalization became one of Evo Morales's main public policies, improving social and economic indicators while deepening dependence on international markets and intensifying socio-environmental impacts, as well as ethnic and territorial conflicts.

Keywords: Primary-export dependence. Evo Morales. Neo-extractivism. Natural resources. Suma qamaña/Buen vivir.

1 INTRODUÇÃO

O artigo analisa a nacionalização do petróleo e gás natural implementada em 2006 por Evo Morales, apresentando os limites e possibilidades do *Neoextrativismo* ante os conflitos pelo bem-viver, no período de 2006 a 2019. Através desses elementos, o estudo busca compreender as consequências de um modelo econômico que, ao mesmo tempo, promove desenvolvimento e gera fortes tensões com os princípios sociais e ambientais defendidos constitucionalmente. O texto se divide em três seções: a primeira destaca histórica e politicamente o cenário da política de nacionalização; a segunda pondera contornos teóricos e político-institucionais do *Neoextrativismo* e os conflitos pelo bem-viver no país; a última seção propõe considerações finais sobre as contradições e limites do modelo.

A pesquisa é construída a partir de uma revisão integrativa, combinando diferentes estudos e fontes, como obras científicas, dados empíricos e políticas públicas, para proporcionar uma visão abrangente do tema. Foram utilizados Bancos de Dados: i. do governo boliviano para obtenção de dados oficiais sobre políticas públicas, indicadores econômicos, sociais e ambientais; ii. da estatal petroleira boliviana (YPFB) para informações específicas sobre a exploração de hidrocarbonetos; iii. e revisão de literatura interdisciplinar para abordar conceitos e discussões sobre *Neoextrativismo* e seus impactos, modelos de desenvolvimento e perspectivas econômicas, sociais, políticas e ambientais.

A terceira nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia enfrentou limitações no desenvolvimento das forças produtivas da região. A baixa diversificação das indústrias nacionais refletiu a simbiose entre atraso e avanço, cuja economia primário-exportadora cria barreiras ao desenvolvimento das economias locais. Contudo, Evo Morales propôs o resgate dos recursos energéticos como ponto de partida para recuperar indicadores sociais e combater a política imperialista estadunidense no país. O trabalho reconhece os avanços nas políticas sociais promovidos pelo modelo de Evo Morales, mas analisa seus limites e contradições, incluindo disputas étnicas e territoriais, a constitucionalização do *suma qamaña* (bem-viver) e a perpetuação do ciclo de dependência primário-exportadora.

2 O CENÁRIO DA NACIONALIZAÇÃO DE EVO MORALES

A política de nacionalização dos hidrocarbonetos implementada em 2006 por Evo Morales (Bolívia, 2006a) trouxe consigo um novo momento para o setor primário-exportador da Bolívia, acompanhando o cenário que se configurava na América Latina. O *Neoextrativismo* foi a política que caracterizou a renovação do modelo de exploração, e a maior parte do excedente passou a ser revertido em políticas sociais.

Esse novo modelo foi um fator relevante para a reeleição de Evo Morales em 2009 e, ao mesmo tempo, responsável pela intensificação dos conflitos territoriais na região, protestos e manifestações populares contrárias ao aprofundamento da exploração dos recursos do solo. De forma paradoxal, Evo Morales conquistou reconhecimento e apoio da maioria votante da população, que se beneficiaria das políticas sociais (como o *Bônus Juancito Pinto*, a *Renda Dignidade* e o *Bônus Juana Azurduy*), mas garantiu também o enfrentamento de uma parcela significativa, principalmente de grupos étnicos opositores.

Na Bolívia, a prática neoextrativista, que ganhou espaço após o primeiro mandato de Evo Morales em 2006, ascendeu como resposta ao aprofundamento das condições de exploração do trabalho e de jugo do imperialismo monopolista (Bambirra, 2013). As ações aconteceram por meio da política neoliberal de privatização das estatais bolivianas, inserção de transnacionais em setores estratégicos da economia local, em particular, do setor petroleiro, concessões e grandes aberturas ao capital privado, através dos marcos da Lei de Capitalização (1.544/94) e da Lei de Hidrocarbonetos (1.689/96)¹.

A limitação a políticas compensatórias é característica do *Neoextrativismo* e da onda progressista que atingiu a América Latina a partir dos anos 2000 (Gudynas, 2009). O teor antissistema dos recursos políticos e discursivos de Evo Morales estendeu-se apenas ao anti-imperialismo. Apesar das limitações da política pública de nacionalização, a YPFB foi reestatizada, e o Estado recuperou muitas de suas funções na exploração e exportação de recursos naturais, além de ter aplicado o excedente com fins sociais e, em algum nível, Evo Morales confrontou a política estadunidense (Bolívia, 2006b; Ceppi, 2016; Santos, 2018).

Porém a ausência de políticas anticapitalistas impediu modificações mais profundas na estrutura econômica da Bolívia e que colocassem no horizonte, de forma concreta, saídas da situação de submissão. Em se tratando de políticas energéticas, principal fonte de renda da Bolívia, há que se considerar o potencial de políticas nacionalizantes para criar soluções em longo prazo.

Para dirigir a nacionalização, a abordagem adotada foi a exploração sob vias de compensação social. A estratégia adotada pelo governo masista tratou de fazer da nacionalização dos hidrocarbonetos uma política pública coadunada às perspectivas do capital. Com a recuperação parcial das funções estatais e ampliação nas porcentagens do lucro, foi possível ampliar a margem de investimentos em políticas sociais e reverter o cenário de agravamento da fome e da pobreza deixado pela democracia pactuada (Ceppi, 2016; Santos, 2018).

A categoria de análise do conceito *Neoextrativismo* aqui utilizada é a de Gudynas (2009), em que a velha exploração privatista é substituída por um extrativismo que se coloca como necessidade para geração de excedente e investimento em políticas sociais – no caso da Bolívia, em políticas de redistribuição de renda, de assistência e previdência social, de educação e saúde. A diferença está, sumariamente, na aplicação dos recursos obtidos pela prática, pois sustentam-se os velhos hábitos de exploração incessante e insustentável dos pontos de vista humano e ambiental.

O autor desenvolve dez teses que revelam grandes semelhanças entre as políticas progressistas no setor primário-exportador da América do Sul e os projetos extrativistas anteriores, indicando suas principais características e desafios, mas trazendo constantemente o caráter limitante de seu conteúdo em termos econômicos, geográficos e sociais, principalmente. Entende-se (Gudynas, 2009) que a associação ao velho extrativismo está na remoção de recursos do solo em quantidades abundantes para apropriar-se da natureza e manter a dependência aos países processadores de matéria-prima sem, contudo, diversificar a indústria e atuar sob impactos sociais e ambientais, aprofundando a lógica previamente estabelecida.

Tradicionalmente, a esquerda na América Latina questionava o modelo de desenvolvimento e a atividade extrativista, geradora de economias fracas e dependentes de abertura ao capital estrangeiro e de um campo industrial limitado às indústrias de base (Fuscaldo; Urquidí, 2005; Gudynas, 2009). Houve, de fato, expansão da exportação no Brasil, na Venezuela e na Bolívia, ampliação dos campos de exploração, como os novos setores de mineração no Equador e da mineração de ferro na Bolívia, recuperação de refinarias e do protagonismo estatal, e remanejamento na política de preço dos combustíveis. Mas, mesmo naqueles governos em que há nacionalização dos recursos, repetem-se padrões clássicos orientados pela competitividade e rentabilidade (Gudynas, 2009).

As características coloniais do extrativismo, de apropriação dos recursos da terra em benefício da metrópole, geram exploração do trabalho das nações de capitalismo dependente somado à importação abundante de matéria-prima, o que permite à metrópole desenvolver-se industrialmente, mediante condições de vida e trabalho superiores, e sustentar ainda a dependência latina através da exportação de bens de consumo e de capital.

Acontece que o novo modelo econômico primário-exportador compensatório não ajudou a construir as bases necessárias ao horizonte de superação dessa relação de dominação, uma vez que os excedentes

recebem agora outro destino, sob forma de reformas sociais, mas conserva-se a característica de exploração incessante da natureza. Os indicadores gerais de importação continuam crescendo conforme expande a exportação na Bolívia, com números próximos a cada ano, exceto pela variação ao longo dos meses, que é maior na exportação a partir de 2008. Indicadores que podem estar associados à falta de incentivos na diversificação da indústria nacional, em especial se observarmos que ainda não há decrescimento sólido da importação de bens de consumo e de capital. Conferir as figuras 1, 2 e 3.

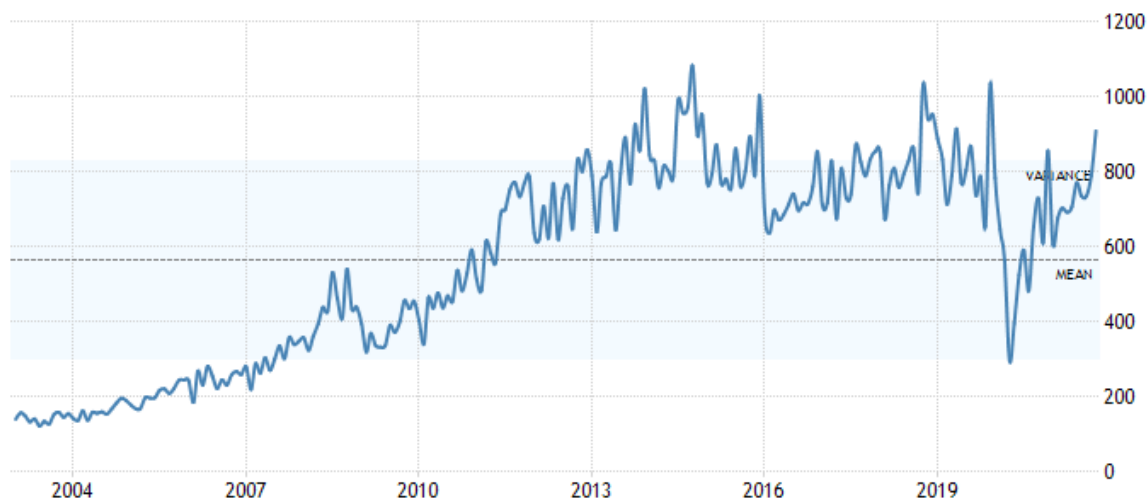


Figura 1 – Importações – Bolívia (USD Milhões)

Fonte: Trading Economics, Banco Central de Bolívia.
Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/bolivia/imports>

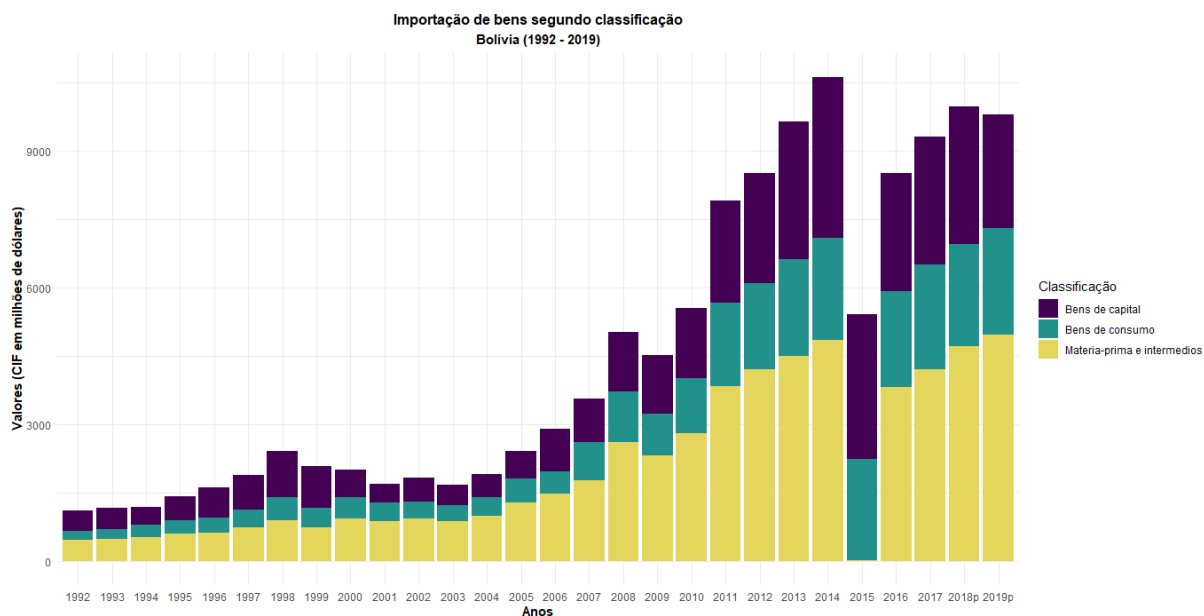


Figura 2 – Importação de bens segundo classificação – Bolívia.

Fonte: Instituto Nacional de Estadística, elaboração própria.



Figura 4 – Exportações – Bolívia (USD Milhões).

Fonte: Trading Economics, Banco Central de Bolívia.

Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/bolivia/exports>

Os gráficos demonstram um aumento contínuo nas exportações da Bolívia a partir de 2004, acompanhado por um crescimento significativo das importações. Isso evidencia a dependência do país em relação ao mercado internacional para bens de consumo e capital, e destaca as limitações do modelo, que prioriza a exploração de recursos naturais sem promover a diversificação industrial. Esse cenário reflete a perpetuação da subordinação econômica, uma vez que as receitas geradas pelo *Neoextrativismo* não estiveram orientadas a romper o ciclo de dependência, como a projeção de uma nova estrutura produtiva no país.

A novidade da política pública nos governos progressistas² está resumida na elevação dos números de exportação associada a políticas de redistribuição de renda e incentivos em saúde, educação e previdência. O extrativismo ganha uma identidade nova em seu sufixo -neo, mas permanece atrelada à reprodução da lógica globalizada que exige a subordinação dos países marginalizados ao financiamento estrangeiro. A degradação ambiental e os conflitos territoriais característicos permanecem acentuados, e a resolução dos impactos ambientais é negligenciada (Dávalos; Rodrigues Filho; Litre, 2021). Os integrantes do governo da Bolívia ganharam legitimidade no campo da esquerda com a presença de um Estado assistencialista e a nacionalização dos hidrocarbonetos. A associação do *Neoextrativismo* às políticas assistenciais os reaproximou politicamente e ajudou a apaziguar as demandas sociais.

O novo papel que o Estado assume sob os recursos nacionais, elemento que permite a condicionante compensatória do *Neoextrativismo*, em certa medida condiz com a perspectiva de remediação das externalidades negativas do mercado. Esse é o principal fator de distinção do *novo extrativismo* se comparado às políticas predatórias neoliberais, pois aumenta as possibilidades de interferência e decisão do Estado no campo hidrocarborífero, captação e destinação de receitas. O fortalecimento do Estado permitiu ao governo masista aproximar-se da esquerda e dos setores populares (Fuscaldo; Urquidi, 2015). Paradoxalmente, o que criou as condições de legitimidade também as minaria.

Como se observa no Quadro 1, a nacionalização do petróleo em 2006 na Bolívia logrou crescimento exponencial da renda petroleira do Estado, o que permitiu novos empreendimentos nos programas sociais e contribuiu, de fato, para melhorar alguns índices (apesar de ainda permanecerem preocupantes). Em 2006, o montante da renda petroleira do Estado boliviano pairava entre os \$670 milhões. Em 2008, dois anos após a nacionalização, já havia atingido \$2099 milhões. Em

2012, esse número já havia dobrado (YPFB, 2013). Os níveis de pobreza no país passaram de 60,6% a 45% e os níveis de desigualdade de 0,60 a 0,46, de acordo com o coeficiente de Gini entre 2005 e 2011 (Udape, 1990). Houve significativo aumento de investimentos do Estado em educação, saúde, previdência e assistência social: entre 2005 e 2015, o salário mínimo aumentou 380%, o desemprego urbano caiu de 8,1% para 5,5%, a inflação estabilizou em 5% ao ano, e os investimentos nos programas sociais subiram de 500 milhões de bolivianos em 2005, para 2,2 bilhões em 2010 (Fuser, 2019).

Um exemplo de programa social é o *Bônus Juancito Pinto*, que destinava US\$ 29 às crianças bolivianas matriculadas na escola até o sexto ano. Instituído em 2006, o programa atingiu a cobertura de 95% das crianças em 2009 e era resultado direto dos impostos cobrados sob o gás natural dos campos de San Alberto e San Antonio. A *Renda Dignidade* e o *Bônus Juana Azurduy* ampliaram os orçamentos do setor previdenciário e os benefícios prestados às mães que não possuíam seguro-saúde (Fuser, 2019). Além desses, Ceppi (2015) também menciona os programas *Bono Bachiller Destacado*, o Programa Desnutrición Cero, o *Mi Primer Empleo Digno* e os *Planes de Vivendas Sociales* como expoentes da alta dos indicadores sociais.

Quadro 1 – Políticas sociais/despesas do Estado (BOB Milhões)

Policy	Objective	State Expenditure
BJP	Incentivar la matriculadón y la escolaridad	Año de inicio 2006: 227.3 millones de BOB
		Año 2012*: 318.9 millones BOB
BJA	Reducir la mortalidad materno-infantil	Año de inicio 2009: 55 millones BOB
		Año 2012: 177.1 millones BOB
RD	Mejorar las condiciones de la seguridad social	Año de inicio 2008: 1407.6 millones BOB
		Año 2012: 1979.6 millones BOB

Fonte: CEPPI (2016).

De forma concomitante, agravaram-se os conflitos territoriais, as manifestações e os protestos de enfrentamento à política exploratória, e a pressão social por novos modelos de desenvolvimento e de relação entre ser humano e natureza (Fuscaldo; Urquidi, 2015). Do ponto de vista ambiental, estabeleceram-se conflitos perante algumas correntes do *suma qamaña*. Se por um lado a melhoria dos índices e a implementação de políticas públicas sociais apaziguaram parte da sociedade e a reeleição do governo do MAS sob liderança de Evo em 2009, e novamente em 2013, por outro, a perpetuação do ciclo de subordinação radicalizou a crítica de alguns grupos indígenas e fragmentou sua base eleitoral.

2.1 NEOEXTRATIVISMO E OS CONFLITOS PELO BEM-VIVER

O cenário que se estabeleceu com o pós-Guerra Fria exigiu uma adaptação nas estruturas do capital, traduzidas nas políticas neoliberais consolidadas pelo Consenso de Washington. Entre elas estão o crescimento exponencial de políticas de privatização, desregulamentações e ajustes nos campos trabalhistas e previdenciários, resultados de uma reformulação da função do Estado, que agora teria seu tamanho bastante reduzido na economia (Coutinho, 2006).

Entre 1985 e 2005, mercados, bancos e estatais foram liberalizados, e políticas de privilégios para as multinacionais avançaram em detrimento da soberania das nações sobre seus recursos naturais (Nunes, 2018). Essa estratégia age, por exemplo, na interpretação de desenvolvimento enquanto melhora as condições de vida através do consumo, ou então na concepção de capitalismo verde, que faz das demandas ecológicas um novo mercado, sustentado pela mesma lógica de exploração humana e animal, desperdício e devastação ambiental (Bringel; Echart-Muñoz, 2020).

A globalização reforçou os laços de dependência da América Latina também nos campos simbólico, social, institucional, cultural e linguístico. A construção de um ideal de desenvolvimento, que tem como referência parâmetros capitalistas de produção, distribuição e consumo, permeia não apenas os campos político e econômico, como incorpora a validação de um único modelo de saber, consequência direta da filosofia moderna e elemento central na manutenção do padrão mundial do poder capitalista (Quijano, 2000).

Na Bolívia, governada por Evo, isso se expressou por meio da ocidentalização dos saberes indígenas, privilegiando um modelo ocidental de produção e ferindo princípios democráticos e ambientais (Quijano, 2000), apesar de estar fortemente presente na região o *suma qamaña*/bem-viver, ideal dos povos originários do altiplano andino, e até mesmo seus princípios serem parcialmente assimilados pela Constituição boliviana.

Os princípios desse ideal na Constituição deliberam compreensão que toma a economia e o desenvolvimento como unidade, e geradora de discussões étnicas, institucionais e econômicas, ao passo que a plurinacionalidade elabora um novo formato institucional e de organização política (Schavelzon, 2015). Na definição de Farah e Vasapollo (2011), é enaltecida a coletividade e a boa convivência, o acesso igualitário e uso comum de bens materiais e imateriais com fins da satisfação das necessidades humanas, em harmonia com os produtos e seres da natureza, prezando pela reciprocidade e *complementaridade*.

A contraposição do *suma qamaña* sobre a noção de desenvolvimento se coloca também no campo da construção e validação dos saberes, uma vez que esse debate foi construído a partir de um padrão eurocêntrico de conhecimento, central na manutenção do padrão mundial do poder capitalista (Quijano, 2000). Para Ulloa (2017), o bem-viver contempla uma alternativa ao desenvolvimento que estabelece críticas e novos padrões individuais e coletivos para a reconstrução dessa relação com a natureza, resgatando princípios filosóficos indígenas.

Importante frisar que o conceito *suma qamaña* é plural, encontra-se em construção e em disputa. São quatro suas correntes principais: indigenista, pós-estruturalista, socialista e neodesenvolvimentista (Da Silva, 2019), que diferem na origem, nos valores e nas estratégias. Algumas distinções entre as correntes se refletem em conflitos práticos. A Constituição garante a aplicação da corrente neodesenvolvimentista, abordagem reformista adotada pelos cocaleros (principal base eleitoral de Evo Morales) e pelo MAS, enquanto a corrente indigenista trabalha sob ideais mais radicais (Vanhulst, 2015; Vecoutere; Le Quang, 2013).

O ideal do *buen vivir* evidencia a renovação do pensamento de esquerda e a construção de novos paradigmas. Ele decorre de um conjunto de elementos que reivindicam a participação das minorias étnicas e sociais nas decisões políticas, a harmonia entre o ser humano e a Pachamama, e uma vida comunitária, baseada em quatro princípios que ditam as relações de produção, distribuição e circulação material (Fuscaldo; Urquidi, 2015): i) o da *complementaridade*, a busca pelo equilíbrio entre comunidade e individualidade, em uma relação complementar com o outro, sem perder de vista sua autonomia enquanto indivíduo; ii) a *reciprocidade*, que, opondo-se às práticas de acumulação, busca a responsabilidade recíproca entre os indivíduos pela justa redistribuição; iii) a *relacionalidade*, marcada pela totalidade dos seres em constante interação; e iv) a correspondência, a harmonia estabelecida na relação entre todos os seres.

A institucionalização do ideal pelo governo de Evo Morales está contida no *Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien* (Bolívia, 2006b). O documento contempla alguns de seus princípios e proposições para uma vida em comunidade, como a erradicação da pobreza e da desigualdade, por uma população com condições dignas de vida e de trabalho. No campo produtivo, as agências fomentariam um câmbio diversificado, multissetorial e integrado, o que geraria novas oportunidades de emprego e manteria fixa no horizonte a superação do modelo

primário-exportador. A autodeterminação dos povos, protegida e garantida por um Estado *soberano*, atuaria prontamente em defesa local e internacional do uso consciente e sustentável dos recursos da terra (Villafuerte *et al.*, 2016).

Os discursos de Evo Morales na campanha de 2005 (Fuser, 2016) apontavam enfaticamente para um governo de fortalecimento da política neoextrativista almejando o horizonte de desvinculação com ela, demonstrando preocupação com a dependência dos setores estrangeiros. No entanto, a manutenção do extrativismo sob novos moldes representou o elemento-chave na economia da Bolívia de Evo, mas não trouxe consigo políticas que em longo prazo pudessem materializar a superação do modelo.

Somado à alta crescente das importações, o momento conferiu aquilo que Svampa (2012) chamou de “consenso das *commodities*”, nova ordem econômica estabelecida pela alta dos preços internacionais dos produtos primários e, por outro lado, dos bens de consumo. É quando se observa a alta da exportação nos países emergentes, concomitante ao crescimento da importação de produtos básicos. O resultado, ao contrário do que prometia os planos políticos de governo do MAS, foi a escassez de investimentos voltados ao crescimento do setor industrial. É perceptível a configuração de um *suma qamaña* reorganizado teoricamente e compatível com a economia de mercado por detrás de um governo progressista que concebe um “desenvolvimento alternativo” e não uma “alternativa ao desenvolvimento” (Da Silva, 2019, p. 4).

Entender os conflitos que se estabeleceram no país exige recuperar o período de ingresso na presidência de Evo e do MAS, mais um Movimento Social do que partido até então. A eleição de seu primeiro mandato veio como reação popular às privatizações dos recursos naturais desde o governo de Hugo Banzer (1997 – 2001), à incorporação da política estadunidense de erradicação do cultivo da folha de coca, produto de grande relevância cultural e econômica para os camponeses bolivianos, entrega de importantes estatais ao capital privado, pobreza, desemprego e o desgaste institucional que persistia pós-ditadura. Houve o fatiamento da estatal petrolífera YPFB sob os moldes da capitalização, a redução do pagamento dos royalties pelas multinacionais de 50% para 18% e o decréscimo da receita da YPFB para o Tesouro Nacional, que em alguns anos foi sete vezes menor que o valor alcançado entre 1985 e 1996 (Santos, 2018).

Entre 1997 e 2002, a interferência estadunidense no país aumentou e os empréstimos internacionais subiram de 3,3% para 8,6% do PIB. Em 2000, a venda do sistema de águas da Cochabamba à Betchel e a entrega da regulação total dos recursos hídricos à Superintendência de Saneamento Básico (Sisab) eclodiram grandes embates e a conhecida “Guerra da Água”, iniciada em Cochabamba, mas que se estendeu a outras cidades do país. E em 2003, a “Guerra do Gás” foi outro ciclo de confrontos em oposição à entrega dos hidrocarbonetos às transnacionais e resultou na renúncia do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (2002 – 2003) (Domingues *et al.*, 2009; Santos, 2018).

Os acontecimentos culminaram na radicalização dos protestos e na organização mais ativa da população, que passou a exigir um novo formato de democracia, difundindo a promessa de uma Constituinte, um novo modelo geral de desenvolvimento, a dizer, a reivindicação pelo bem-viver, e uma nova relação de administração e comércio dos recursos naturais. Em 2005, o candidato à presidência pelo MAS, dadas as suas origens camponesas e sindicais, trouxe um programa de nacionalização e industrialização dos hidrocarbonetos.

Diante disso, os efeitos adversos da manutenção do extrativismo do ponto de vista da popularidade de Evo foram consequências da expectativa e do potencial sociais inflados pela eleição do primeiro presidente indígena do país, pela constitucionalização do bem-viver e da plurinacionalidade, e pela internacionalização do debate sobre a Mãe Terra. A cobrança popular aumentou, pressionando o presidente sobre os termos de exploração e preservação. Quanto à disputa territorial e oposição ao *Neoextrativismo*, a repressão aos protestos na Bolívia ecoou a brutal violência sobre os movimentos sociais e ambientalistas que ocorrem na América Latina e Caribe na disputa pelo modelo de desenvolvimento (Grisul, 2018).

Algumas tensões no cenário boliviano levaram a essa postura por parte do governo masista, que em 2010 teve de enfrentar uma grande reivindicação por autonomia territorial e em nome da plurinacionalidade. No mesmo ano, um decreto (*Resolución Normativa de Directorio* de 24 de diciembre de 2010) que instituía a elevação dos preços dos combustíveis em mais de 70% gerou massivos protestos. As pesquisas de Santos revelam que “adultos foram sequestrados, famílias foram dispersadas na selva, crianças ficaram desaparecidas por dias e houve ao menos três mortos, inclusive crianças. Houve registro de grávidas que perderam seus filhos por espancamento” (2018, p. 242).

Os protestos se manifestaram também institucionalmente, tomando para si os espaços democráticos do novo Estado Plurinacional. A *Asamblea del Pueblo Guaraní*, em 2009, por exemplo, trouxe à tona algumas tensões entre o povo guarani e o MAS, representado majoritariamente pela etnia aymará (camponeses cocaleros, em suma), questionando o caráter não consultivo e desrespeitoso das políticas extrativistas do presidente (Bebbington, 2009). Em julho, durante o Primeiro Encontro das Secretarias de Recursos Naturais das Organizações Camponesas Indígenas em La Paz, as atividades extrativistas foram acusadas de “violar os direitos coletivos reconhecidos pela Constituição Política do Estado (CPE), por Leis e Tratados Internacionais” e que isso ocorre porque o governo “não permite um processo obrigatório de consulta e participação prévias, livres e informadas” (Bebbington, 2009, p. 18).

As críticas foram duras, mas o governo se manteve dissuadindo a população alegando que se tratava de reivindicações contra o desenvolvimento nacional. Quando os delegados criticaram a visita do MHE às comunidades Moseten e Lecos, acusando o governo de manipular os locais por apoio ao projeto de exploração de petróleo Lliquimuni da YPFB-Petroandina, a resposta de Morales demonstrou o claro ataque que vinha se desenhando sobre as ONGs ambientalistas, grupos étnicos e ativistas da causa ambiental: “Infelizmente, algumas ONGs usam alguns líderes sindicais para se opor e obstruir as licenças ambientais necessárias para aumentar o número de poços e bombear mais petróleo” (Bebbington, 2009, p. 18, tradução nossa).

A quinta tese de Gudynas associa esse momento de disputas territoriais como característica inerente ao *novo extrativismo*: “bajo el nuevo extractivismo persiste la fragmentación territorial en áreas desterritorializadas, generándose un entramado de enclaves y sus conexiones a los mercados globales, que agravaan las tensiones territoriales” (2009, p. 201). Desse modo, não deixa de ferir também a democracia e, assim, a constitucionalidade da condição de Estado plurinacional. E é evidente que, à medida que a democracia boliviana é fragilizada, cresce a criminalização e repressão dos movimentos sociais.

Além da nítida violência que se estabeleceu com os opositores, foi construído um aparato discursivo bastante nocivo a um Estado que se constitui no modelo plurinacional. Os críticos foram reduzidos a agentes das forças conservadoras de direita, apoiadores do imperialismo ou a políticos ressentidos. Eram, segundo o governo, forças contrarrevolucionárias que atrasavam a transformação técnica e produtiva, além de corroborar a miséria da população (Santos, 2018). A negação da relevância dos efeitos climáticos do extrativismo foi outro recurso utilizado para persuadir a população de que o (neo) extrativismo era a única via de superar o subdesenvolvimento, e acusavam-se os opositores de criarem barreiras intransponíveis ao processo revolucionário:

Igualmente, critica-se o processo revolucionário boliviano por permanecer na etapa “extrativista” da economia, o que manteria uma atividade prejudicial à natureza e selaria sua dependência da dominação capitalista mundial. Não há evidências históricas que comprovem que as sociedades industriais capitalistas sejam menos nocivas para a Mãe Terra do que aquelas dedicadas à extração de matérias-primas, sejam elas renováveis ou não renováveis. Além disso, os dados sobre o aquecimento global apontam principalmente para a emissão de gases de efeito estufa por parte das sociedades altamente industrializadas. [...] O extrativismo não é um destino, mas pode ser o ponto de partida para sua superação. Certamente, nele se condensa toda a distribuição territorial da divisão internacional do trabalho — distribuição muitas vezes colonial. E, para romper essa subordinação colonial, não basta encher a boca

de injúrias contra o extrativismo, deixar de produzir e mergulhar o povo em uma miséria ainda maior, apenas para que a direita volte ao poder e, sem modificá-lo, satisfaça parcialmente as necessidades básicas da população. (Linera, 2017, p. 7, tradução nossa)

A política neoextrativista, resumida pela reprodução da estrutura lógica do extrativismo clássico, não só mantém, como intensifica os efeitos adversos do ponto de vista econômico, ambiental, político e social, apesar da atuação paliativa das políticas sociais, o que aprofunda sobremaneira a relação de dependência perante os países do Norte Global. A ausência de um projeto que confronte a política de mercado e o capitalismo financeiro em termos de desenvolvimento da indústria nacional, diversificação da produção e qualificação profissional no longo prazo é o que, em grande medida, perpetua essa condição.

É evidente que a lucratividade com a exploração de matéria-prima é alta e é capaz de captar investimentos estrangeiros como poucas economias da região conseguem. Bebbington (2009) aponta, entretanto, que a consideração sobre a relação custo-benefício deve ser revista, pois à medida que crescem os ganhos econômicos, também crescem os custos humanos e políticos desse tipo de desenvolvimento. A fragilidade da economia primário-exportadora está na íntima sujeição ao capital financeiro internacional, que rearranja valores, alianças e trocas mediante uma alta flutuação, fator que contribui para dissolver em pedaços muito pequenos qualquer possibilidade de autonomia política e emancipação econômica (Valverde; Mercedes, 2016).

O consumo doméstico de petróleo, gás natural e derivados é muito inferior ao montante da produção latino-americana (Marini, 2015), e a circulação se dá baseada na demanda do mercado externo. Exportando o que produzem e importando o que consomem, produzindo sob as variadas e infindas condições de exploração do capital e a baixa diversidade produtiva, se estabelece o ciclo de subordinação ao mercado internacional e ao investimento estrangeiro.

Na Bolívia, as taxas de exportação em crescimento tão correntes e os altos números da importação crescendo em concomitância refletem, nitidamente, o empobrecimento tecnológico do país. A lógica rentista da comercialização de hidrocarbonetos favorece a indústria de bens de consumo do Norte Global, importados como produtos de primeira necessidade da população. Logo, os recursos para desenvolver a indústria de bens de capital e consumo, e para inovação tecnológica no país, são escassos, reproduzindo ciclicamente o que Baghwati chama de “crescimento empobrecedor” (Acosta, 2011, p. 89). A depender do governo e das políticas públicas implementadas, o excedente é mais escasso também para políticas sociais de manutenção da vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE AS CONTRADIÇÕES E OS LIMITES

A pesquisa analisou a complexa relação entre o *Neoextrativismo* e o *suma qamaña*, destacando as contradições presentes na política boliviana sob o governo de Evo Morales. Enquanto o modelo extrativista foi apresentado como uma estratégia para gerar recursos e superar a dependência primário-exportadora do país, a subordinação ao mercado global e os impactos socioambientais desse modelo apresentaram limitações estruturais. O artigo questiona até que ponto o discurso de “fortalecer para superar” o extrativismo, supostamente alinhado ao conceito de *Suma qamaña*, poderia de fato promover um desenvolvimento sustentável e autônomo para a Bolívia.

As restrições de espaço e a dependência de dados secundários limitaram no artigo a análise do programa neodesenvolvimentista de Evo Morales, suas políticas de industrialização e a conexão com os impactos ambientais do modelo extrativista. Para detalhes sobre a nacionalização do gás e petróleo na Bolívia, incluindo procedimentos, mudanças legais e implicações econômicas e internacionais, ver Capri (2023)³.

A interpretação neodesenvolvimentista do *suma qamaña* enxerga o extrativismo enquanto técnica, instrumento na produção de excedente para emancipar a população no longo prazo. Segundo essa corrente, e como afirmara Linera (2017), a centralidade do debate pautada em aceitar ou rejeitar políticas extrativistas deve ser substituída pela avaliação de em que medida estamos superando o capitalismo como modo de produção.

O debate sobre a questão boliviana deve abarcar essa contradição e questionar como e em que medida estamos superando (ou em que nível estamos criando as possibilidades materiais para isso) o capitalismo como modo de produção, por meio de uma agenda que propõe o *Neoextrativismo* como chave (González, 2022).

Tomando como referência os escritos de Linera (2017) e os discursos proclamados por Evo Morales, o setor primário deveria não apenas estar associado a políticas de assistência, mas também a investimentos no processamento de matérias-primas e desenvolvimento da indústria local para sustentar a previsão de usufruir da política extrativista com fins de superá-la. Em uma de suas defesas do extrativismo, o ex-vice-presidente declarou que a produção de excedentes gerados por essa economia, mediante ampliação do controle do Estado, seria a responsável pela garantia de uma educação capaz de gerar uma massa crítica a assumir e conduzir, por meio da ciência e interculturalidade, o avanço de processos de industrialização nacional e da economia do conhecimento (Linera, 2017).

A estratégia política do governo masista evidenciou o extrativismo como pilar para um novo patamar nacional de desenvolvimento. A nacionalização dos hidrocarbonetos surge como uma das principais políticas públicas que sustentariam esse horizonte estratégico, conciliando não só a manutenção, mas o intenso fortalecimento do modelo de degradação ambiental, com a possibilidade de desenvolver e ampliar outras esferas da economia boliviana. Fortalecer (o extrativismo) para superá-lo parecia ser o paradoxo sustentado por esse projeto.

Mas a subordinação ao mercado mundial, a volatilidade dos preços do petróleo e a pressão fiscal impediram qualquer avanço além da compensação via políticas sociais, uma vez que há limites em um *Neoextrativismo* que desconsidera sua capacidade destrutiva socioambiental. A importação de produtos básicos aumentou, na perspectiva de melhorar os índices sociais, mas também de conter a inflação, política que “desestimula a produção local, fazendo com que as oportunidades de lucro gravitem em torno da renda extrativista”, tornando-se uma economia que estimula cada vez mais o consumo e cada vez menos a produção (Santos, 2018, p. 248). Desse modo, o modelo não apresenta elementos significativos que mantenham no horizonte os princípios do *suma qamaña*.

Ao apreender a condição cíclica de dependência do setor, deve-se reconhecer os recursos naturais enquanto matérias finitas. Na medida em que não se investe e fortalece o processamento das matérias-primas nacionais e não se diversifica o modelo produtivo, buscando explorar fontes renováveis, crescem os efeitos gerados pelo extrativismo. Estes, entre outros, “geram perda de biodiversidade, poluição do ambiente e de recursos vitais, e vazamento de resíduos tóxicos com graves consequências sobre a saúde das comunidades atingidas”, e também “os efeitos do extrativismo sobre o meio ambiente, com mais ou menos intensidade, acontecem em todos os países da América Latina e Caribe e atingem especialmente as mulheres e as populações camponesas, indígenas e afrodescendentes” (Grisul, 2018, p. 4). Essa região em breve não terá uma amplitude de recursos a explorar e quiçá terá desenvolvido suas forças produtivas para recorrer a políticas econômicas alternativas.

De forma geral, as economias primário-exportadoras estão sujeitas à forte tendência da desnacionalização, dada a inserção na lógica monopolista de produção, a abertura ao investimento estrangeiro e a precarização da indústria nacional. Para Bambirra (2013), esses fatores desarticulam a economia tradicional, mas não atraem a dinamização da indústria; não se estabelecem e não se criam, dessa forma, as bases necessárias para o crescimento da economia nacional. A volatilidade do capital

e a relação de subordinação entre Norte e Sul Global intrínseca ao capitalismo globalizado impedem o capital estrangeiro de construir estruturas emancipatórias na economia dos países dependentes.

Somada à ausência de um empreendedorismo nacional sólido e de políticas eficazes de integração econômica regional (Acosta, 2011), a desnacionalização é dialeticamente o efeito garantido por esse sistema produtivo e um elemento necessário à sua reprodução. Nesse sentido, a presença de uma desterritorialização também se estabelece, entregando a responsabilidade sobre as demandas sociais às empresas privadas, uma vez que detêm o capital do mercado de energia. Desconhecedora do território, a gestão sobre as demandas de cada parte se dá de forma desorganizada e desproporcional. Tudo isso estabelece um ambiente de maior desigualdade, violência, pobreza e marginalização (Acosta, 2011).

Parafraseando Bambirra (2013), a única possibilidade de proporcionar o crescimento do Estado em países como a Bolívia, caracterizados pela industrialização tardia e monopólica, é por meio de seu fortalecimento, recuperando lacunas de gerenciamento, administração e controle, principalmente no que diz respeito às riquezas naturais. A estatização do setor primário é, segundo ela, o que pode começar a mexer com as estruturas do capital, mas insuficiente para derrocar a dominação imperialista e abrir caminhos ao desenvolvimento alternativo. Somadas à nacionalização, seriam expoentes do novo desenvolvimento (autônomo e emancipatório) a integração econômica regional e a implementação de políticas concretas de sustentabilidade energética.

No horizonte que aqui tratamos, o avanço de políticas econômicas regionais trata de fortalecer (não sem intensa oposição e possíveis bloqueios) a autonomia política e a soberania sobre os próprios recursos. A integração comercial internacional deve suceder a integração econômica regional dos países exportadores de bens primários, a partir do desenvolvimento de estratégias comerciais com fins de ruptura com a categoria de periferia do sistema, mediante Estados com poder de decisão sobre seus recursos (Cacciamali; Bobik; Celli Jr, 2012).

Os custos ambientais da política extrativista são altos, e embora tenham sido alegados os conflitos territoriais como protagonistas das reivindicações bolivianas no governo de Evo Morales, há que se mencionar que o conflito aglutina reivindicações rurais e urbanas, mediante efeitos que afetam ambos os grupos. Bebbington (2009) esclarece que a extração dos recursos do solo é avaliada não apenas em função da vastidão de terras sobre as quais a atividade se impõe, mas também com relação ao impacto que gera sobre outras geografias.

Romper com as contradições de um governo que, como a gestão masista, busca promover interculturalidade, crescimento econômico e melhorias sociais, sob uma lógica rentista e predatória, é uma tarefa desafiadora. Para isso, é necessária uma transformação estrutural mediante compreensões socialistas radicais que aborde de forma integrada a produção, a ecologia, a distribuição, a cooperação regional e o consumo. Lowy (2014) argumenta que a questão ecológica demanda uma ruptura com a concepção linear de progresso e com os efeitos da modernidade sobre os paradigmas tecnológico e econômico. De forma semelhante, correntes do *suma qamaña* criticam o “capitalismo verde” e as noções convencionais de sustentabilidade. No contexto latino-americano, as políticas exploratórias, especialmente as primário-exportadoras, escancaram as limitações impostas pela globalização. A nacionalização do gás e do petróleo promovida por Evo Morales procurou enfrentar as consequências dessa dependência, recuperando o controle do Estado sobre os recursos energéticos e melhorando indicadores sociais, embora, paradoxalmente, tenha acabado por fortalecê-la..

NOTAS

1 | Uma variação da privatização clássica. Ajudaram a compor o chamado Plan de Todos, plano econômico do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (1993 – 1997) que capitalizou várias estatais do país, entre hidrocarbonetos, água e minérios. As companhias estrangeiras mais beneficiadas com a medida foram aquelas que protagonizavam as operações no setor: a brasileira Petrobras, a hispano-argentina Repsol YPF, as britânicas British Gas e British Petroleum, e a francesa Total Fina Elf.

2 | A exemplo dos governos de Rafael Corrêa (2007), Lula (2002), Néstor Kirchner (2003), Hugo Chávez (2002), com a exportação de gás, petróleo, ferro, lítio e outros minérios.

3 | CAPRI, D. A. de L. **Nacionalização energética como política pública: a agenda petrolífera de Evo Morales**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **Extractivismo y neoextractivismo**: dos caras de la misma maldición. In: LANG, M.; MOKRANI, N. (org). *Más allá del desarrollo*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2011.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2. ed., 2013.

BEBBINGTON, A. The New Extraction: rewriting the political ecology of the Andes? **NACLA Report on the Americas**, v. 42, n. 5, p. 12-20, 2009. Available at: <https://doi.org/10.1080/10714839.2009.11722221>. Access at: 26 dez. 2023.

BOLÍVIA. Decreto Supremo nº 28.701, de 1º. de maio de 2006. **Nacionalización de hidrocarburos "Héroes del Chaco"**. 2006a. Available at: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-28701.html#norm>.

BOLIVIA. Estado Plurinacional de Bolivia. *Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien*. 2006b. Available at: <http://www.ademaf.gob.bo/normas/ds29272.pdf>. Access at: 26 dez. 2023.

BRINGEL, B.; ECHART MUÑOZ, E. Pensamiento crítico latinoamericano sobre desarrollo. In: MEDINA, T.; VILLARREAL, M. (Ed.). **Pensamiento Crítico Latinoamericano sobre Desarrollo**. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, 2020, p. 55–73.

CACCIAMALI, M. C.; BOBIK, M.; CELLI JR, U. In search of a new integration of Latin America in the global economy. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 91–110, 2012. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200007>. Access at: 26 dez. 2023.

CEPPI, N. La energía en la agenda pública: cambios em Bolivia con "proyección" en el contexto contiguo. **JANUS.NET, e-journal of International Relations**, v. 6, n. 1, p. 108–124, 2015. Available at: <http://hdl.handle.net/11336/51372>. Access at: 26 dez. 2023.

CEPPI, N. Los hidrocarburos en el gobierno de Evo Morales: extractivismo nacionalista con presencia extranjera. **Civilizar**, v. 16, n. 30, p. 175–190, 2016. Available at: <https://doi.org/10.22518/16578953.542>. Access at: 26 dez. 2023.

COUTINHO, M. Movimentos de mudança política na América do Sul Contemporânea. **Revista de Sociologia Política**, v. 27, p. 107-123, 2006. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000200008>. Access at: 26 dez. 2023.

DA SILVA, F. P. Comunalismo nas refundações andinas do século XXI: o Sumak kawsay/suma qamaña. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, p. 1-19, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1590/3410117/2019>. Access at: 26 dez. 2023.

DÁVALOS, N. B.; RODRIGUES FILHO, S.; LITRE, G. Multidimensional impacts of a hydropower reservoir on indigenous communities: displacement, division and pilgrimage among the Tuxá people of the Bahia state, Brazil. **Sustainability in Debate**, v. 12, n. 1, p. 220–235, 2021. Available at: 10.18472/SustDeb.v12n1.2021.36587. Access at: 26 dez. 2023

DOMINGUES, J. M. *et al.* A Bolívia no espelho do futuro. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

FUSER, I. Nossa América Nuestra: Bolívia. Fundação Perseu Abramo, 2016.

GONZÁLEZ, A. B. P. Quem paga o preço? Controvérsias socioecológicas associadas à transição energética na América do Sul. **Sustainability in Debate**, v. 13, n. 3, p. 72–120, 2022. DOI: 10.18472/SustDeb.v13n3.2022.44799. Access at: 26 dez. 2023.

GONZÁLEZ, A. B. P.; VIGLIO, J. E.; FERREIRA, L. da C. Comunidades energéticas na transição para a sustentabilidade: o caso da América do Sul. **Sustainability in Debate**, v. 13, n. 2, p. 156–174, 2022. Available at: 10.18472/SustDeb.v13n2.2022.41266. Access at: 26 dez. 2023.

GRISUL. **Pacha**: defendendo a terra. Extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e no Caribe. 2018. Available at: <http://www.grisulunirio.com/pacha/>. Access at: 26 dez. 2023.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. **Extractivismo, Política y Sociedad**, p. 187–225, 2009. Available at: <https://biblioteca.hegoa.ehu.eus/registros/17745>. Access at: 26 dez. 2023.

LINERA, Á. G. Una Vez Más Sobre el Llamado Extractivismo. Nodal: **Noticias de America Latina y el Caribe**, 2017. Available at: <https://www.nodal.am/2017/09/una-vez-mas-llamado-extractivismo-alvaro-garcia-linera/>. Access at: 26 dez. 2023.

LOWY, M. **O que é Ecosocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARINI, R. M. **América Latina, Dependencia y Globalización**. Mexico, D.F: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

NUNES, T. G. A. O extrativismo progressista na América do Sul: uma análise a partir da experiência boliviana. **Revista Cadernos de Campo**, p. 63–84, 2018. Available at: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11312>. Access at: 26 dez. 2023.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 2, p. 73–90, 2000. Available at: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/369/>. Access at: 26 dez. 2023.

SANTOS, F. L. B. dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SCHAVELZON, S. **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen vivir**: dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Ediciones Abya-Yala, 2015.

SVAMPA, M. Consenso de los *commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. In: **Movimientos Socioambientales em América Latina**. OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año XIII, N° 32, 2012.

ULLOA, A. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? **Desacatos**, p. 58–73, 2017. Available at: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-050X2017000200058. Access at: 26 dez. 2023.

VALVERDE, A. L. L.; MERCEDES, S. S. P. A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2016. **Anais [...]**. Available at: <https://proceedings.science/simposioiberoamericano/article/view/1530/1148>. Access at: 28 jun. 2023.

YACIMIENTOS PETROLÍFEROS FISCALES BOLIVIANOS. Audiencia Pública. **Rendición de Cuentas**. 2013. Available at: <http://www2.hidrocarburos.gob.bo/index.php/transparencia/audiencia-p%C3%BABlica/category/33-audiencia-publica-agosto-2013.html?download=205:yacimientos-petroliferos-fiscales-bolivianos-ypfb-agosto-2013>